



CARACTERÍSTICAS EPIDEMIOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PARAÍBA, 2009 A 2014.

Fernanda Maria Gomes Carvalho¹; André Barroso do Nascimento de Sousa Reis²; Anna Caroline Domingos Lima³; Anna Clara Carvalho Curvina Costa de Araújo⁴. Natália Bitú Pinto⁵.

1 Aluna do curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Formação de Professores, campus Cajazeiras – PB nandinhamgc@hotmail.com

2 Aluno do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Formação de Professores, campus Cajazeiras – PB andrebarroso9565@gmail.com

3 Aluna do curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Formação de Professores, campus Cajazeiras – PB annacarolinedomingoslima@gmail.com

4. Aluna do curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Formação de Professores, campus Cajazeiras – PB annaclaracc@gmail.com

5 Professora do curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Formação de Professores, campus Cajazeiras – PB natalia.bitu@ufcg.edu.br

Resumo: Descrever as características epidemiológicas dos casos de violência contra a mulher notificados na Paraíba, Brasil, no período 2009-2014, com a finalidade de auxiliar medidas de coibição e prevenção desse tipo de atrocidade, o qual é considerado um problema de Saúde Pública atualmente. **Método:** estudo ecológico descritivo sobre casos de violência contra a mulher, na faixa etária entre 15 e 59 anos de idade registrados no Sistema de Informação de Agravos (Sinan). **Resultados:** foram notificados 6.930 casos de violência contra a mulher; o município em que mais contribuiu com o registro de novas ocorrências foi João Pessoa (57,32%); predominaram as vítimas de raça parda e com escolaridade incompleta – 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (16,89%)-; os principais agressores tem contato íntimo com a vítima, predominando a figura do cônjuge (25,71%); prevalecem as agressões em ambiente doméstico (55,18%); quanto ao tipo de violência, destaca-se a forma física (45,19%) por meio de força corporal/espancamento (36,24%). **Conclusão:** entre os casos notificados, verificou-se a predominância de violência física, em ambiente doméstico e perpetrado por agressores que tem íntima relação com a vítima. Ademais, constata-se a necessidade de aprimoramento dos registros de notificação, além de amplo apoio do Setor de Saúde, para auxílio das vítimas, principalmente em cidades interioranas, os quais a subnotificação mascara a realidade encarada pela mulher. Além disso, verifica-se a importância de considerar a multicausalidade e complexidade dos processos de reprodução da violência, com a finalidade de atingir o cerne do problema e intervir de forma eficaz nessas relações desiguais de poder que provocam violência.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher, Violência de Gênero, Vigilância Epidemiológica, Epidemiologia Descritiva.



INTRODUÇÃO

Dentre os inúmeros desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, destaca-se a erradicação da violência, a qual está presente em diversos âmbitos e encontra dificuldades de ser enfrentada pela multicausalidade e complexidade de seus processos de reprodução. Entretanto, pode-se afirmar que diferenças culturais, econômicas e sociais desencadeiam uma intolerância exacerbada, a qual culmina na violência, prejudicando o ser humano fisicamente e psicologicamente (ARAÚJO, 2002; MONTEIRO et al, 2008).

Além disso, a banalização da violência configura um quadro assustador, no qual o agressor e vítima são condicionados a aceitar como natural diversos tipos de relações intolerantes e desiguais, levando-os a aprender a conviver, muitas vezes, em situações desumanas, em que um suposto poder por parte de agressor prevalece sob quaisquer vontades da vítima (ARAÚJO, 2002) . Tal fato deve ser amplamente combatido em busca da dignidade humana.

Nesse contexto, a violência contra a mulher, também chamada de Violência doméstica, tem ganhado cada vez mais destaque, podendo ser considerado um problema de Saúde Pública. Esse tipo de violência consiste em qualquer ato que resulta, ou que pode resultar, em dano físico, sexual ou psicológico para a mulher, podendo atingir mulheres de diversas idades e etnias (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

A figura feminina, a qual se tornou símbolo de resistência à violência, encontra amparo em estratégias socioculturais e nos recursos jurídicos – evidenciados na criação do Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Sexual (SAMVVS) e na implementação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha em 2006 -, os quais atendem mulheres violentadas sexualmente e promovem mecanismos de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. No entanto, expressões de violência continuam presentes em nossa sociedade, demonstrando a necessidade de ações mais efetivas em prol da saúde da mulher (BANDEIRA, 2009; GARCIA; FREITAS; HOLFELMANN, 2013).

Tais evidências são demonstradas pelo Ministério da Saúde, que gerencia o Sistema de Informações de Agravos e Notificações (Sinan), o qual contém registros de dados relacionados a atos violentos, auxiliando, assim, a notificação de casos de violência contra a mulher e suas características epidemiológicas. Além disso, a Lei nº 10.778, que normatiza a obrigatoriedade dos profissionais em notificar os



casos de violência contra a mulher atendidos nos serviços de saúde, também constitui um importante instrumento de informação acerca desse tipo de violência tão constante em nossa sociedade (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

Nesse contexto, esse estudo tem como objetivo descrever características epidemiológicas dos casos de violência contra a mulher notificados no estado da Paraíba, Brasil, no período 2019-2014. Tal estudo tem sua relevância confirmada ao oferecer informações pertinentes às práticas de promoção de proteção da mulher, auxiliando o setor Saúde na implementação de medidas preventivas e assistenciais às vítimas.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo ecológico, de caráter descritivo, realizado com dados coletados acerca dos 233 municípios da Paraíba. Os dados foram extraídos pelo DATASUS (Departamento de Informática do Sistema único de Saúde) nas bases do TABNET, em epidemiológicos e morbidades, pelo SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). Os dados foram extraídos no mês de abril de 2017. Foram descritas as características dos casos de violência contra a mulher na faixa etária dos 18-59 anos no estado da Paraíba nos anos de 2009 a 2014 (faixa temporal mais atual disponível)

As variáveis da pesquisa foram estabelecidas com base nas informações previamente coletadas, nas bases de dados anteriormente citadas, e foram:

1) Quanto à vítima:

- Escolaridade (sem escolaridade, 1ª a 4ª série incompleta no Ensino Fundamental, 4ª série completa do Ensino Fundamental, 5ª a 8ª série incompleta do Ensino Fundamental, Ensino Fundamental completo, Ensino Médio incompleto, Ensino Médio completo, Educação Superior incompleta, Educação Superior completa, ignorado/ em branco).

- Sexo feminino

- Raça/ cor da pele (parda, branca, preta, amarela, indígena, ignorado/ em branco)

- Idade (entre 15-59 anos)

2) Quanto ao agressor:

- Grau de parentesco ou vínculo do agressor com a vítima (própria pessoa, amigo/conhecido, desconhecido, cônjuge, ex-cônjuge, namorado(a), ex-



namorado(a), pai, padrasto, mãe, madrasta, irmão(a), filho(a), cuidador(a), patrão/chefe, policial/agente da lei, ou outros vínculos).

3) Quanto ao ato violento

- Ano da ocorrência (2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).
- Local da agressão (Via pública, residência, bar ou similar, comércio/serviços, escola, habitação coletiva, indústria/construção, local de práticas esportivas, outros, ignorado ou em branco).
- Município de residência da vítima (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Conde, Mamanguape, Caaporã, Sapé, Guarabira, Sousa, Pedras de fogo, Alhandra, Monteiro, Cajazeiras, Cuité, Remigio, Patos, Coremas, Lucena).
- Natureza da violência (Física, psicológica/moral, sexual, financeira/econômica, tortura, negligência/ abandono, intervenção legal e outra violência).
- Meio usado na agressão (Força corporal/ espancamento, ameaça, estupro, objeto perfuro cortante, arma de fogo, envenenamento, objeto contundente, enforcamento, substância ou objeto quente, outra agressão).

Aponta-se que o SINAN apresenta 77 itens elegíveis para análise. Todavia, nesse estudo foram utilizados 42 itens, os quais foram classificados em 10 variáveis da pesquisa. A definição de todas as categorias das variáveis encontra-se disponível no 'Instituto de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências' elaborado pelo Ministério da Saúde.

As informações obtidas foram organizadas em tabelas utilizando o programa Microsoft Excel (versão 2010), bem como o uso de estatística descritiva para o cálculo das frequências absoluta e relativa.

O presente estudo não necessitou ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por utilizar, exclusivamente, informações coletadas de bases de dados online.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No período de 2009 a 2014, foi registrado nos 233 municípios do Estado da Paraíba um total de 6.930 casos suspeitos ou confirmados de violência contra mulheres na faixa etária de 15 a 59 anos. Ademais, a tabela 1 enfatiza os 20



municípios da Paraíba que registraram o maior número de ocorrências na faixa temporal analisada (2009 - 2014). Nela pode-se perceber que o número de casos registrados aumentou progressivamente nos anos de 2009 a 2013, sofrendo leve queda no ano de 2014, em que, ainda assim, o número de casos continuou elevado, demonstrando a necessidade de amplas intervenções contra esse tipo de violência. Além disso, houve um aumento substancial na quantidade de registros entre os anos de 2011 e 2012. É importante associar a este fato a inclusão da violência doméstica e sexual como agravo de notificação obrigatória no âmbito da saúde, fato esse ocorrido desde 2003 com a Lei nº 10.741 e, que foi reforçada pela Lei nº 12.461 de 26 de janeiro de 2011, as quais podem ter contribuído para esse aumento na quantidade de registros, o que, por meio também de campanhas midiáticas podem ter favorecido o encorajamento das mulheres ou mesmo fornecido subsídios de informação, para que elas pudessem denunciar seus agressores (MS, 2011).

Tabela 1 – Distribuição das notificações de violência contra a mulher entre vítimas de 15 a 59 anos de idade conforme os 20 municípios com maiores registros de casos por ano de ocorrência, nos anos de 2009 a 2014.

Município de residência	2009		2010		2011		2012		2013		2014		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
João Pessoa	138	56,1	185	45,12	357	57,03	658	63,27	698	60,12	500	53,14	2536	57,32
Campina Grande	31	12,6	105	25,61	85	13,58	76	7,31	71	6,12	117	12,43	485	10,96
Santa Rita	10	4,07	13	3,17	31	4,95	54	5,19	52	4,47	43	4,57	203	4,59
Bayeux	12	4,88	23	5,61	20	3,19	44	4,23	43	3,7	50	5,31	192	4,34
Cabedelo	12	4,88	14	3,41	24	3,83	33	3,17	34	2,93	23	2,45	140	3,17
Conde	3	1,22	1	0,24	8	1,28	11	1,06	27	2,33	16	1,7	66	1,49
Mamanguape	1	0,41	7	1,71	13	2,08	14	1,35	9	0,78	6	0,64	50	1,13
Caaporã	4	1,63	0	0	6	0,96	13	1,25	9	0,78	5	0,53	37	0,84
Sapé	3	1,22	2	0,49	7	1,12	9	0,87	11	0,95	5	0,53	37	0,84
Guarabira	1	0,41	6	1,46	5	0,8	9	0,87	10	0,86	3	0,32	34	0,77
Sousa	0	0	3	0,73	7	1,12	4	0,38	14	1,21	6	0,64	34	0,77
Pedras de Fogo	1	0,41	2	0,49	4	0,64	4	0,38	5	0,43	14	1,49	30	0,68
Alhandra	2	0,81	6	1,46	5	0,8	7	0,67	8	0,69	1	0,1	29	0,66
Monteiro	1	0,41	0	0	0	0	1	0,096	14	1,21	13	1,38	29	0,66
Cajazeiras	1	0,41	0	0	1	0,16	3	0,29	10	0,86	12	1,28	27	0,61
Cuité	3	1,22	6	1,46	4	0,64	3	0,29	7	0,6	2	0,21	25	0,57
Remigio	0	0	1	0,24	0	0	3	0,29	17	1,46	4	0,43	25	0,57
Patos	0	0	2	0,49	3	0,48	0	0	6	0,52	10	1,06	21	0,48
Coremas	0	0	3	0,73	8	1,28	2	0,19	2	0,17	5	0,53	20	0,45
Lucena	0	0	1	0,24	5	0,8	3	0,29	4	0,35	6	0,64	19	0,43
Total	246	100	410	100	626	100	1040	100	1161	100	941	100	4424	100

Dados provisórios e parciais digitados até 28/04/2017 e obtidos da Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências Interpessoais.

O ano que registrou a menor quantidade de ocorrências no período analisado foi 2009, com 246 ocorrências. O ano de maior registro de ocorrências nos municípios em questão foi 2013 com 1161 registros (26,24% de todos os casos entre os anos analisados). O município que mais contribuiu com o registro de novas ocorrências foi João Pessoa. O somatório geral, durante todo o período analisado, registrou 4424



ocorrências, João Pessoa contribuiu com mais da metade desses registros (2536 ocorrências, 57,32% do total). O segundo município que mais contribuiu, dentre os 20 que obtiveram a maior quantidade de registros, foi Campina Grande, responsável por quase 11% de todos os casos registrados no período (485 ocorrências, 10,96% do total). Municípios que compõem a região metropolitana de João Pessoa também aparecem com relevância no cenário de violência contra a mulher. Santa Rita registrou 203 ocorrências ao todo, o que corresponde a 4,59% de todos os registros de 2009 a 2014. Bayeux registrou ao todo 192 ocorrências, durante o período analisado o que corresponde a 4,34% de todos os casos registrados. Cabedelo registrou ao todo 140 ocorrências, o que corresponde a 3,17% do total. Conde registrou ao todo 66 ocorrências, correspondendo a 1,49% do total.

É importante notar que, dentre os 20 municípios elencados com os maiores registros de violência contra a mulher, os 6 municípios citados anteriormente estão inseridos em um contexto de grande densidade populacional, onde deve-se pensar que também há uma maior oferta de serviços e órgãos de proteção à mulher, além do fato de que há uma maior circulação de informações nessas áreas, o que, portanto, não nos permite dizer que a violência contra a mulher nos municípios mais interioranos e do alto sertão é menor, mas, sim, que existe um sistema de notificação mais eficiente nos grandes centros, podendo ou não estar atrelado a um maior esclarecimento da população.

Quanto à escolaridade, a categoria informada que teve mais relevância quanto foi 5ª a 8ª incompleta do Ensino Fundamental, compreendendo 747 ocorrências ao longo do período analisado, o que corresponde a 16,89% de todas as ocorrências. A segunda categoria foi ensino médio completo registrando 582 casos, o equivalente a 13,16%. Foi constatado vítimas de todos os níveis educacionais, contudo o baixo grau de escolaridade se constitui como um fator de risco para a mulher em exposição à violência, conforme evidenciado em estudo realizado em Pinhais-PR (MATTOS; RIBEIRO; CAMARGO, 2012). É importante a observação de que foi grande o número de mulheres que não informaram seu grau de escolaridade (Ignorado/Em branco) sendo inclusive a faixa com maior registro de casos (1771 ocorrências ao todo, 40,03% do total), sendo a escolaridade, uma categoria importante para análise do perfil social da mulher em situação de risco de violência (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição das notificações de violência contra a mulher entre vítimas de 15 a 59 anos de idade segundo a escolaridade e raça/cor por ano de ocorrência no Estado da Paraíba, de 2009 a 2014.



Variáveis	2009		2010		2011		2012		2013		2014		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Escolaridade														
Analfabeto	7	2,85	2	0,49	24	3,83	13	1,25	22	1,89	14	1,49	82	1,85
1ª a 4ª série incompleta do EF	29	11,79	23	5,61	32	5,11	33	3,17	41	3,53	39	4,14	197	4,45
4ª série completa do EF	27	10,98	25	6,10	21	3,35	17	1,63	21	1,81	14	1,49	125	2,83
5ª a 8ª série incompleta do EF	47	19,11	74	18,05	90	14,38	165	15,87	205	17,66	166	17,64	747	16,89
Ensino Fundamental completo	23	9,35	39	9,51	53	8,47	54	5,19	33	2,84	26	2,76	228	5,15
Ensino Médio incompleto	20	8,13	43	10,49	62	9,90	74	7,12	85	7,32	72	7,65	356	8,05
Ensino Médio completo	15	6,10	63	15,37	77	12,30	154	14,81	121	10,42	152	16,15	582	13,16
Ensino Superior incompleto	4	1,63	11	2,68	22	3,51	48	4,62	38	3,27	32	3,40	155	3,50
Ensino Superior completo	4	1,63	10	2,44	27	4,31	50	4,81	53	4,57	37	3,93	181	4,09
Ignorado/ Em branco	70	28,46	120	29,27	218	34,82	432	41,54	542	46,68	389	41,34	1771	40,03
Raça														
Parda	108	43,90	132	32,20	274	43,77	633	60,87	774	66,67	682	72,48	2603	58,84
Branca	82	33,33	182	44,39	178	28,43	211	20,29	187	16,11	131	13,92	971	21,95
Preta	35	14,23	26	6,34	66	10,54	123	11,83	94	8,10	69	7,33	413	9,34
Amarela	1	0,41	21	5,12	9	1,44	5	0,48	16	1,38	2	0,21	54	1,22
Indígena	2	0,81	0	0,00	3	0,48	3	0,29	2	0,17	2	0,21	12	0,27
Ignorado/ Em branco	18	7,32	49	11,95	96	15,34	65	6,25	88	7,58	55	5,84	371	8,39
Total	246	100	410	100	626	100	1040	100	1161	100	941	100	4424	100

Dados provisórios e parciais digitados até 28/04/2017 e obtidos da Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências Interpessoais.

Apesar de o conceito de identidade racial ser algo extremamente complexo e dotado de subjetividades relacionadas ao próprio sujeito, esse estudo se dispõe a comentar as informações obtidas segundo a base de dados utilizada. Na Paraíba, as mulheres pardas são as que mais sofrem violência. Foram registradas, ao longo do período analisado, 2603 ocorrências em que mulheres pardas foram vítimas de violência, o que corresponde a 58,84% de todas as ocorrências nesse período. No último ano analisado, 2014, foram 682 mulheres pardas vítimas de violência, apresentando queda em relação ao ano anterior, que registrou um total de 774 vítimas pardas. As mulheres de raça branca sofrem mais violência que as de raça preta, em números absolutos, na Paraíba. Foram ao todo 971 mulheres brancas vítimas de violência no período analisado, contra 413 mulheres negras no mesmo período, o que corresponde respectivamente a 21,95% e 9,34% do somatório geral de ocorrências (Tabela 2).

É importante resgatar a composição étnica do estado da Paraíba para uma melhor compreensão deste quadro. A população parda tem maior representatividade, 52,95% se autodeclaram pardos, 39,67% se autodeclaram brancos e 5,61% se autodeclaram negros. Contudo, o mapa da violência de 2015 revela que a quantidade de homicídios entre 2009 a 2013 de mulheres negras (522 casos) foi bastante superior ao de mulheres brancas (54 casos) (WAISELFISZ, 2015). A população de raça amarela e indígena representa uma pequena fatia da composição étnica da Paraíba, respectivamente 1,24% e 0,52%, todavia a violência contra mulheres de tais etnias se faz presente. 54 casos de violência contra mulheres amarelas foram registrados ao todo, com destaque para o ano de 2010,



em que ocorreram 21 episódios de violência, o equivalente a 1,22% do total. Mulheres indígenas somam 12 ocorrências ao longo do período analisado, o equivalente a 0,27% do total (Tabela 2).

Segundo Silva et al. (2013), há uma preocupação evidente em relação ao treinamento dos agentes que ajudam no preenchimento das Fichas de Notificação/Investigação individual de Violência Doméstica, Sexual ou Outras Violências Interpessoais (FNIV), demonstrado pelo fato de que em outros locais, como Recife, a informação de raça não tem sido preenchida como deve, observando uma enorme quantidade desse campo como “ignorado/em branco”. Tal fato não se confirma no estado da Paraíba, mas ressalta a importância dessa característica para consolidar as evidências epidemiológicas.

No Estado da Paraíba, o agressor tem, predominantemente, um contato íntimo/conhece a vítima. Concernente ao grau de parentesco ou à ligação entre a vítima e o autor do ato violento, os agressores responsáveis por maior representatividade dos casos de violência durante o período analisado eram cônjuges. Foram registrados 1129 ocorrências de 2009 a 2014 (25,71% do total) nas quais o marido da mulher foi seu algoz (Tabela 3). O âmbito doméstico se caracteriza como o principal local de agressão. 2441 ocorrências, nas quais a residência foi o local da agressão, foram registradas durante todo o período analisado, configurando mais da metade de todos os registros (55,18%) (Tabela 4). Com esses dados podemos perceber que, além do cônjuge, há uma participação de outros agressores. Citamos, então, filho(a) com 64 ocorrências ao todo (1,46%), irmão(a) 93 ocorrências (2,12%), e principalmente amigos/conhecidos registrando 463 ocorrências (10,54%) (Tabela 3).

Esses aspectos, que caracterizam local e agressor, se confirmam em estudos realizados em Recife e Pinhais, porém, vão de encontro aos resultados obtidos em uma pesquisa realizada no Distrito Federal, em que as vítimas de violência foram acometidas principalmente em vias públicas por desconhecidos (SILVA et al., 2012; MATTOS; RIBEIRO; CAMARGO, 2012; SILVA; OLIVEIRA, 2016), Esse fato demonstra a importância de intervenções específicas para cada localidade, considerando seus aspectos peculiares.

Tabela 3 – Distribuição das notificações de violência contra a mulher entre vítimas de 15 a 59 anos de idade, segundo vínculo do agressor com a vítima, por ano de ocorrência no Estado da Paraíba, de 2009 a 2014.



	2009		2010		2011		2012		2013		2014		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vínculo do agressor com a vítima														
Cônjuge	67	27,13	82	21,47	208	33,17	261	24,76	283	25,36	228	23,63	1129	25,71
Desconhecido(a)	55	22,27	60	15,71	74	11,80	158	14,99	225	20,16	202	20,93	774	17,63
Ignorado/ em branco	16	6,48	28	7,33	42	6,70	123	11,67	138	12,37	147	15,23	494	11,25
Própria pessoa	5	2,02	77	20,16	98	15,63	126	11,95	92	8,24	82	8,50	480	10,93
Amigos/ conhecidos	41	16,60	53	13,87	53	8,45	111	10,53	104	9,32	101	10,47	463	10,54
Ex-cônjuge	22	8,91	25	6,54	65	10,37	99	9,39	144	12,90	93	9,64	448	10,20
Outros vínculos	12	4,86	11	2,88	25	3,99	93	8,82	44	3,94	36	3,73	221	5,03
Irmão(a)	8	3,24	7	1,83	13	2,07	22	2,09	19	1,70	24	2,49	93	2,12
Namorado(a)	7	2,83	13	3,40	13	2,07	14	1,33	16	1,43	18	1,87	81	1,84
Filho(a)	4	1,62	8	2,09	4	0,64	16	1,52	16	1,43	16	1,66	64	1,46
Pai	4	1,62	10	2,62	9	1,44	13	1,23	13	1,16	7	0,73	56	1,28
Mãe	1	0,40	3	0,79	12	1,91	6	0,57	8	0,72	5	0,52	35	0,80
Padrasto	0	0,00	2	0,52	9	1,44	5	0,47	5	0,45	1	0,10	22	0,50
Policial Ag. lei	2	0,81	1	0,26	1	0,16	3	0,28	5	0,45	2	0,21	14	0,32
Patrão/chefe	1	0,40	0	0,00	1	0,16	2	0,19	2	0,18	1	0,10	7	0,16
Cuidador	1	0,40	1	0,26	0	0,00	2	0,19	1	0,09	2	0,21	7	0,16
Madrasta	1	0,40	1	0,26	0	0,00	0	0,00	1	0,09	0	0,00	3	0,07
Total	247	100	382	100	627	100	1054	100	1116	100	965	100	4391	100

Dados provisórios e parciais digitados até 28/04/2017 e obtidos da Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências Interpessoais.

Deve-se destacar o grande número de agressores desconhecidos, representantes da segunda categoria com mais registros (774 casos – 17,63 % de todos os casos), pois esses valores podem não corresponder à realidade, tendo em vista que a vítima pode vir a sentir-se intimidada/temer alguma represália do próprio agressor e omitir o autor do ato violento.

As vias públicas são o segundo local de maior ocorrência das agressões a mulheres (897 registros no somatório geral do período, 20,28%). Em 2011, em um estudo realizado nos Estados Unidos da América, constatou-se nessa região predomina a agressão contra mulheres em via pública, sugerindo que a mulher encontra-se em risco dentro e fora de casa, fato que pode relacionar a violência doméstica à violência da sociedade como um todo (CANO et. al, 2011; RAIOMONGO; LABRONICI; LAROCCHA, 2013; BREIDING et. al., 2014).

A principal forma de agressão à mulher é física (3450 ocorrências ao todo, 45,19%) manifestando-se principalmente pela força corporal/espancamento (2270 ocorrências no período, 36,24% do total). A violência psicológica/moral aparece em segundo lugar registrando ao todo 2221 casos, o equivalente à 29,09% do total no período e em terceiro lugar está elencada a violência sexual com 733 ocorrências ao longo do período (9,60% do total) (Tabela 4).

Nesse sentido, é importante ressaltar a relevância da desmistificação de que a violência física é a única que pode prejudicar de fato o ser humano, visto que consequências desastrosas, como depressão e suicídio, são desencadeadas por violência psicológica/moral e



verbal (SILVA et al., 2013).

A ameaça e o estupro são os principais recursos utilizados pelos agressores após força corporal/espancamento (2270 casos - 36,24%), registrando ao todo, respectivamente, 1298 ocorrências (20,72%) e 644 ocorrências (10,28%). É importante salientar que, em um mesmo caso de agressão, a mulher possa sofrer mais de um tipo de violência e com mais de um meio usado na agressão (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição das notificações de violência contra a mulher entre vítimas de 15 a 59 anos de idade segundo o local de ocorrência da agressão, a natureza da violência e o meio usado na agressão, por ano de ocorrência no Estado da Paraíba, de 2009 a 2014.

Variáveis	2009		2010		2011		2012		2013		2014		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Local de ocorrência														
Residência	125	50,81	251	61,22	422	67,41	585	18,17	565	48,66	493	52,39	2441	55,18
Via Pública	75	30,49	73	17,80	91	14,54	189	1,15	261	22,48	208	22,10	897	20,28
Bar ou similar	1	0,41	7	1,71	13	2,08	12	0,58	36	3,10	13	1,38	82	1,85
Comércio/ serviços	2	0,81	2	0,49	5	0,80	6	0,58	5	0,43	5	0,53	25	0,57
Escola	2	0,81	2	0,49	3	0,48	6	0,19	5	0,43	3	0,32	21	0,47
Habitação Coletiva	3	1,22	1	0,24	5	0,80	2	0,10	2	0,17	2	0,21	15	0,34
Indústrias/ construção	1	0,41	3	0,73	0	0,00	1	0,00	2	0,17	0	0,11	7	0,16
Local de prática esportiva	0	0,00	5	1,22	0	0,00	0	14,52	1	0,09	1	0,11	7	0,16
Ignorado	11	4,47	43	10,49	54	8,63	151	7,79	196	16,88	145	15,41	600	13,56
Outros	24	9,76	18	4,39	30	4,79	81	0,67	70	6,03	59	6,27	282	6,37
Em branco	2	0,81	5	1,22	3	0,48	7	0,00	18	1,55	12	1,28	47	1,06
Total	246	100	410	100	626	100	1040	100	1161	100	941	100	4424	100
Natureza da violência														
Física	202	49,63	278	49,20	431	42,25	813	43,22	955	44,84	771	47,27	3450	45,19
Psicológica/ moral	135	33,17	171	30,27	289	28,33	516	27,43	632	29,67	478	29,31	2221	29,09
Sexual	46	11,30	61	10,80	91	8,92	188	9,99	206	9,67	141	8,65	733	9,60
Financeira/ econômica	2	0,49	7	1,24	9	0,88	145	7,71	113	5,31	91	5,58	367	4,81
Tortura	15	3,69	22	3,89	25	2,45	114	6,06	110	5,16	74	4,54	360	4,72
Negligência/ abandono	1	0,25	3	0,53	5	0,49	54	2,87	54	2,54	35	2,15	152	1,99
Intervenção legal	0	0,00	1	0,18	2	0,20	3	0,16	3	0,14	1	0,06	10	0,13
Outra violência	6	1,47	22	3,89	168	16,47	48	2,55	57	2,68	40	2,45	341	4,47
Total	407	100	565	100	1020	100	1881	100	2130	100	1631	100	7634	100
Meio usado na agressão														
Força corporal/espancamento	126	33,16	142	28,69	238	31,15	573	37,18	640	36,85	551	40,91	2270	36,24
Ameaça	64	16,84	79	15,96	157	20,55	326	21,16	399	22,97	273	20,27	1298	20,72
Estupro	39	10,26	58	11,72	76	9,95	174	11,29	170	9,79	127	9,43	644	10,28
Objeto perfurocortante	50	13,16	58	11,72	83	10,86	122	7,92	161	9,27	109	8,09	583	9,31
Arma de fogo	43	11,32	46	9,29	49	6,41	112	7,27	124	7,14	103	7,65	477	7,61
Envenenamento	9	2,37	76	15,35	90	11,78	76	4,93	73	4,20	68	5,05	392	6,26
Objeto contundente	36	9,47	25	5,05	35	4,58	69	4,48	82	4,72	54	4,01	301	4,81
Enforcamento	9	2,37	8	1,62	25	3,27	70	4,54	75	4,32	57	4,23	244	3,90
Substância ou objeto quente	4	1,05	3	0,61	6	0,79	18	1,17	13	0,75	5	0,37	49	0,78
Outra agressão	0	0,00	0	0,00	5	0,65	1	0,06	0	0,00	0	0,00	6	0,10
Total	380	100	495	100	764	100	1541	100	1737	100	1347	100	6264	100

Dados provisórios e parciais digitados até 28/04/2017 e obtidos da Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências Interpessoais.

CONCLUSÕES

Com base na análise dos dados neste presente estudo, pode-se concluir que na Paraíba há uma predominância da violência contra a mulher



de forma física e em ambiente doméstico, sendo praticada, geralmente, por uma figura masculina com íntima relação com a vítima.

As inúmeras iniciativas governamentais, bem como os estudos que consideram essa questão, demonstram o reconhecimento da relevância do combate a esse tipo de violência, o qual consiste em um importante alvo de intervenção de Saúde Pública. Tais medidas, porém, precisam ser aprimoradas com o fito de alcançar inúmeras vítimas que não possuem assistência necessária tanto para realizar a denúncia, quanto para receber o auxílio requerido para sua recuperação da saúde física e mental, causando a enorme subnotificação dos casos de violência contra a mulher, principalmente em cidades interioranas.

Além disso, esses dados demonstram a importância de uma intervenção ampla, considerando a multicausalidade e complexidade desse problema grave e importante na sociedade, de forma que contemple o cerne do ato violento, buscando não só a implementação de políticas de identificação e punição dos agressores, mas também de estratégias que promovam reeducação e recuperação de laços abalados que se tornaram ou que tem potencial para se tornarem desiguais e violentos. Tais medidas devem contemplar de forma significativa a desmistificação de que a violência se restringe ao dano físico, visto que abalos psicológicos causados por uma agressão verbal, por exemplo, podem levar a vítima desde a depressão até mesmo à morte.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em estudo*, Maringá, vol.7, nº. 2, Jul./Dec., 2002.

BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 24, nº. 2, p. 401-438, mai./ago., 2009.

BREIDING, M. J.; SMITH, S. G.; BASILE, K. C.; WALTERS, M. L.; CHEN, J.; MERRICK, M. T. Prevalence and characteristics of sexual violence, stalking, and intimate partner violence victimization: national intimate partner and sexual violence survey, United States, 2011. *Morbidity and Mortality Weekly Report (MMWR)*, vol. 63, nº. 8, p. 1-18, sep., 2014.

CANO, J. G.; VILA, M. S.; GUILLERMO, J. R.; LACIA, F. C.; GALILEA, B. M.
Descripción de las agresiones sexuales atendidas en el servicio de urgencias de un centro



hospitalario de referencia. Gaceta Sanitaria, Barcelona, 25(2): 166-9, mar./abr., 2011.

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S.; HOLFELMANN, D. A. Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011. Epidemiologia Serviços de Saúde, Brasília, 22(3): 383-94, jul./set., 2013.

MATTOS, P. R, RIBEIRO, I. S., CAMARGO, V. C. Análise dos casos notificados de violência contra mulher. Cogitare Enfermagem. 17(4): 738-44, out./dez., 2012

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Viva: Instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.

MONTEIR, C. F. S.; TELES, D. C. B. S.; CASTRO, K. L.; VASCONCELOS, N. S. V.; MAGALHAES, R. L. B.; DE DEUS, M. C. B. R. Violência sexual contra criança no meio intrafamiliar atendidos no SAMVVIS, Teresina, PI. Revista brasileira de enfermagem, Brasília, vol.61, nº.4, Jul./Aug., 2008.

RAIMONGO, M. L.; LABRONICI, L. M.; LAROCCA, L. M. Retrospecto de ocorrências de violência contra a mulher registradas em uma delegacia especial. Cogitare Enfermagem. 18(1): 43-9, jan./mar., 2013.

SILVA, M. C. M., BRITO, A. M., ARAUJO, A. L., ABATH, M. B. Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco, 2012. Epidemiologia e Serviços de Saude, Brasília, 22(3): 403-12, jul./set., 2013.

SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA, M. L. C. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, 25(2): 331-342, abr./jun., 2016.

SILVA, C. D.; GOMES, V. L. O.; ACOSTA, D. F.; BARLEM, E. L. D.; FONSECA, A. D. Epidemiologia da violência contra a mulher: características do agressor e do ato violento. Revista de enfermagem UFPE online, Recife, 7(1): 8-14, jan., 2013.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2015. Atualização: homicídios de mulheres no Brasil, 2015.